

DF - Justiça

MARCOS BRANDÃO



Tribunal de Justiça do Distrito Federal: seção que faz o atendimento psicológico recebe um número cada vez maior de oficiais de justiça, pressionados por condições estressantes

## Oficiais de Justiça do DF são forçados a trabalhar até nas madrugadas

Cristiane Madeira

Os 500 oficiais de Justiça do Distrito Federal estão sobrecarregados e trabalham em condições cada vez mais difíceis. Cumprem uma média de 40 mil mandados judiciais por mês, realizados em cerca de 120 mil diligências. Além disso, não têm horários definidos e, por isso, têm de cumprir mandados de madrugada, em feriados e fins de semana. Mas a carga e a pressão não acontecem somente pelo excesso de serviço. O aspecto mais importante é a tensão psicológica, diante das situações perigosas que têm de enfrentar.

Ao contrário de outros servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, os oficiais de Justiça fazem as diligências nos seus próprios carros, sem acom-

panhante, armas, ou qualquer tipo de segurança.

Poderia se tratar de um trabalho como outro qualquer, se eles não fossem vistos sempre como portadores de más notícias.

Diariamente, percorrem residências para cumprir com ordens de despejo, busca e apreensão de objetos, automóveis, pagamento de pensão alimentícia, reintegração de posse, afastamento de uma pessoa do lar por violência, penhora, convocação para depor e outros mandados.

A recepção é, normalmente, violenta ou constrangedora.

A reportagem se reuniu com sete integrantes da direção da Associação dos Oficiais de Justiça do DF (AO-JUS), que existe há 18 anos. Eles relataram casos em que correram risco de morte e

outros perigos. Dos 500 que cumprem a função no TJDF, apenas 450 estão em exercício efetivo, porque os demais acabaram afastados temporariamente por abalos psíquicos e forte pressão.

A Seção Psicossocial do tribunal, responsável pelo atendimento psicológico dos servidores, recebe um número cada vez maior de oficiais de justiça. A supervisora do setor, psicóloga Zenaide Silva Martins Cruz, confirma que as condições enfrentadas por eles acarretam danos sérios à saúde emocional.

— Eles são recebidos a pedradas, sofrem constrangimentos e não têm segurança. O trabalho é tão estressante que chegam a ter distúrbios e precisam ser encaminhados para longos tratamentos terapêuticos e psiquiátricos — afirma.

Zenaide não teve como precisar o aumento no número de atendimentos à oficiais de justiça, mas disse que o crescimento é visível e preocupante.

**Projetos de Lei** — De acordo com o presidente da AO-

**Projetos de lei já em tramitação trariam melhorias, mas associação cobra pressa nas medidas**

JUS, Denis Lopes Franco, de 24 anos, já tramitam no Congresso projetos de lei que tratam da melhoria das condições de trabalho dos oficiais de Justiça. Franco revela que se constatou boa vontade por parte da nova administração do TJDF para melhorar a situação, mas,

antecipa, o quadro precisa ser revisto imediatamente.

Uma das principais questões diz respeito à distribuição de serviços entre os oficiais. Os mandados são divididos por espaços geográficos, que ficam sob responsabilidade do servidor.

A associação reivindica uma estrutura com critérios definidos com maior precisão, de modo a permitir ao servidor estabelecer uma rotina de trabalho mais adequada. Constantemente, eles são trocados de área e têm de passar por ajustes que causam transtornos. O número de mandados é mal distribuído, o que acarreta em sobrecarga para alguns.

A situação começou a mudar em setembro do ano passado, quando a administração do tribunal, em uma tentativa de aprimorar o serviço, transferiu todos os oficiais dos fóruns das cidades-satélites para o Plano Piloto.

A iniciativa, segundo Franco, foi muito bem intencionada mas não resolveu o problema por completo.

— Tivemos uma sinalização positiva da nova administração e esperamos que isso possa se reverter. Mas por enquanto, estamos nas mesmas condições — afirma.

Dentro os projetos de lei em trâmite no Congresso está o que trata da criação de 3.800 vagas no quadro do tribunal. Se aprovado, parte desse total de servidores tomaria posse como novos oficiais. Franco diz que, como medida emergencial, deveriam ser contratados pelo menos mais dois oficiais de cada um dos 120 setores em que estão divididos.

— Suportamos uma carga negativa por muito tempo, mas que temos nosso limite — enfatizou.

O outro PL, nº 5415/2005, trata sobre o porte de arma para a categoria. O projeto passou na CCJ e se encontra no plenário da Câmara dos Deputados. Depois, deverá ser votado no Senado para a sanção posterior. Essa é uma reivindicação nacional, da Federação Brasileiro dos Oficiais de Justiça.